

# POLÍTICA DE PRIVACIDADE GERAL

## Sumário

1.	Introdução .....	2
2.	Fundamentos e Princípios .....	2
2.1.	Boa-fé e princípios .....	2
3.	Tratamento dos dados pessoais na interação com o LAP Laboratório. ....	3
4.	Definição de Dados Pessoais – DP .....	3
5.	Dados Pessoais coletados e os motivos da coleta.....	3
6.	Compartilhamento de dados pessoais .....	4
7.	Atendimento de Solicitações do Titular do Dado Pessoal.....	4
8.	Tratamento do Dado Pessoal DP .....	5
9.	Arquivamento dos Dados .....	6
10.	Registro de Incidentes de Privacidade e Segurança da Informação.....	6
11.	Comunicação de Incidentes a ANPD.....	6
12.	Modificações desta Política de Privacidade .....	6

# POLÍTICA DE PRIVACIDADE GERAL

## 1. Introdução

Esta política de privacidade estabelece o modelo de relacionamento entre LAP Laboratório (Matriz), situado à Avenida Mário Padre, 299, Goés Calmon – Itabuna Bahia, com pessoas no momento em que ocorre a captação dos dados pessoais, seja por interação presencial junto ao titular, seja por interação do usuário com o site [www.laplaboratorio.com.br](http://www.laplaboratorio.com.br) em todas as suas seções estabelecendo as regras para a privacidade e a segurança dos dados pessoais utilizados nessas interações quando atuará como controlador e operador dos dados.

## 2. Fundamentos e Princípios

O LAP Laboratório, em conformidade com o artigo 1º da Lei 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados os seguintes fundamentos e princípios:

I - O respeito à privacidade:

- a) A autodeterminação informativa;
- b) A liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- c) A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- d) O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- e) A livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor;
- f) Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

### 2.1. Boa-fé e princípios

Com o objetivo de dotar o modelo de controle adequado aos seus fins, O LAP Laboratório adota os seguintes princípios:

**I - Finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

**II - Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

**III - Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

**IV - Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a dragão do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

**V - Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

**VI – Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

**VII - Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

**VIII - Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE GERAL

IX - **Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - **Responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

Requisitos para o tratamento dos Dados Pessoais DP

O LAP Laboratório realiza o tratamento de Dados Pessoais DP em conformidade com os seguintes requisitos:

- I - Mediante o fornecimento de Consentimento;
- II - Para atendimento a obrigação contratual;
- III – Atendimento à Administração Pública;
- IV - Para a realização de Pesquisa;
- V – Para atendimento de contrato;
- VI - Para o exercício regular de direitos;
- VII - Para a proteção da vida;
- VIII - Para a tutela da saúde;
- IX - Para atender legítimo interesse;
- X - Para a proteção do crédito.

### 3. Tratamento dos dados pessoais na interação com o LAP Laboratório.

Esta política de privacidade define as regras para o tratamento das informações pessoais coletadas junto às pessoas físicas a partir da sua interação com os processos de gestão do LAP Laboratório por meio de relacionamento presencial ou pelas plataformas disponibilizadas na internet em conformidade com o Artigo 5 da Lei 13.709 Lei Geral Proteção de Dados LGPD para o tratamento pelo LAP Laboratório, como controlador e operador, no que se refere a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

A utilização das funcionalidades e da aceitação das condições de consentimento para a realização do tratamento será necessária para que o usuário em pleno gozo da sua responsabilidade considere aceita a realização do tratamento.

### 4. Definição de Dados Pessoais – DP

**Dado pessoal:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, conforme o artigo 5º da 13.709 de 2019 Lei Geral de Proteção de Dados.

### 5. Dados Pessoais coletados e os motivos da coleta

A coleta dos dados pessoais DP ocorre na interação das pessoas com os processos de gerenciamento do LAP Laboratório que utilizem na execução dos seus processos os dados de pessoas físicas.

Os motivos para a coleta e tratamento dos dados estão justificados pelos motivos citados abaixo:

#### 5.1. Relacionamento com o cliente/paciente

- 5.1.1. Dados para a realização dos exames clínicos.
- 5.1.2. Dados no relacionamento eletrônico (número IP, data e hora do acesso).
- 5.1.3. Dados utilizados para a Informação junto aos órgãos governamentais.

#### 5.2. Relacionamento com o colaborador

- 5.2.1. Dados pessoais para a realização de contratação.

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE GERAL

- 5.2.2. Dados pessoais para a realização de pagamentos.
- 5.2.3. Dados pessoais para o gerenciamento de saúde e segurança ocupacional.
- 5.2.4. Dados pessoais para atendimento a órgãos públicos – informações fiscais e previdenciárias.
- 5.2.5. Dados pessoais para o gerenciamento de movimentação.

### 5.3. Relacionamento com o fornecedor

- 5.3.1. Dados pessoais para contratação.
- 5.3.2. Dados pessoais para a realização de pagamento.
- 5.3.3. Dados pessoais para visitas na realização de serviços.

### 5.4. Relacionamento com visitantes

- 5.4.1. Dados pessoais para realização de visitas (extra fornecedores e servidores públicos).
- 5.4.2. Dados pessoais para realização de acesso às dependências.

### 5.5. Relacionamento com órgãos públicos

- 5.5.1. Dados pessoais na realização de avaliação de agências e órgãos públicos.
- 5.5.2. Dados pessoais recebidos a partir de documentos de avaliação e fiscalização.

Os dados pessoais são coletados a partir de cada processo específico onde estão estabelecidas a forma de coleta e o seu gerenciamento pelo processo cuja responsabilidade é do Administrador de Dados conforme indica o dispositivo legal 13.709 de 2019 Lei Geral de Proteção de Dados e que define as formas que estabelecem os consentimentos específicos e as atividades visando assegurar a disponibilidade, a integridade e confidencialidade dos dados dos titulares entregues para processamento.

## 6. Compartilhamento de dados pessoais

Os dados pessoais gerados a partir do relacionamento de cada pessoa física com os processos do LAP Laboratório, somente são compartilhados para efeito de realização do serviço contratado e para atendimento de dispositivos legais aplicáveis ao relacionamento.

## 7. Atendimento de Solicitações do Titular do Dado Pessoal

O usuário tem a possibilidade de acesso aos dados pessoais coletados, podendo, em conformidade com o dispositivo do artigo. 11º II e art. 10 da Lei 13.709/2019 Lei Geral da Proteção de Dados executar os seguintes procedimentos no contato direto com o LAP Laboratório:

- a) Modificação do consentimento (alteração ou retirada).
- b) Exclusão dos dados armazenados. Processo sujeito a análise pois se houver algum dispositivo legal ou ordem judicial para manutenção, o pedido pode ser negado.

As solicitações de atendimento serão realizadas pelo Canal de ouvidoria do LAP Laboratório:

- a) Formulário no site [www.laplaboratorio.com.br](http://www.laplaboratorio.com.br)
- b) Telefone da ouvidoria – 73 3214 7000.
- c) Email: [ouvidorialgpd@laplaboratorio.com.br](mailto:ouvidorialgpd@laplaboratorio.com.br).
- d) Atendimento presencial no LAP Laboratório.

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE GERAL

Para cada solicitação deverá indicar quais as demandas do titular em relação ao dado controlado, para atendimento dos Artigos 18º e 19º da Lei 13.709 de 2019 Lei Geral de Proteção de Dados.

- a) Confirmação da existência do Dado Pessoal DP.
- b) Acesso ao Dado Pessoal DP.
- c) Correção do Dado Pessoal DP.
- d) Exclusão do Dado Pessoal DP.
- e) Portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor.
- f) Anonimização do Dado Pessoal DP.
- g) Bloqueio do Dado Pessoal DP.
- h) Cópia do Dado Pessoal DP.
- i) Não Fornecimento do Consentimento para o tratamento do Dado Pessoal DP.
- j) Revogação do Consentimento para o tratamento do Dado Pessoal DP.
- k) Alteração do Consentimento para o tratamento Dado Pessoal DP.
- l) Informação de Compartilhamento do Dado Pessoal DP com órgãos públicos.
- m) Não utilização do Dado Pessoal para Marketing e Propaganda.

### 8. Tratamento do Dado Pessoal DP

O tratamento dos dados pessoais é disciplinado internamente no Sistema de Gestão da Privacidade do LAP Laboratório - é realizado pelos processos:

- a) Rotulação de Dados.
- b) Gerenciamento de Dados Pessoais.
- c) Relacionamento com o Titular dos Dados Pessoais DP.
- d) Tratamento de Incidentes de Segurança e Privacidade da Informação.

Os processos contemplam os seguintes aspectos, conforme previsto no artigo 5 Lei 13.709/2019 Lei Geral da Proteção de Dados:

- Identificação das Informações que contém confidencialidade.
- Definição de Responsabilidade e Autoridade - por informações que contém necessidade de segurança.
- Definir critérios de importância das passíveis de segurança.
- Definir os ativos que contém as informações passíveis e segurança.
- Identificação e sensibilidade dos dados pessoais que serão controlados em relação a privacidade.
- Identificação da legislação aplicável ao gerenciamento dos dados pessoais que serão controlados em relação à privacidade.
- Definição de Responsabilidade e Autoridade - por informações que contém necessidade de segurança.
- Identificação da necessidade de emissão de contrato com o titular.
- Definição de regras para a coleta de dados pessoais.
- Definição de regras para a produção de dados pessoais.
- Definição de regras para o armazenamento de dados pessoais.
- Definição de regras para a reprodução dos dados pessoais.
- Definição de regras para a processamento dos dados pessoais.

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE GERAL**

- Definir as regras para o gerenciamento de prazos de guarda e descarte dos documentos que contém as informações passíveis e segurança.
- Processamento de Dados Pessoais para o atendimento do pleito do titular do dado pessoal.
- Implantação das medidas solicitadas no pleito do titular do dado.
- Retorno do titular do dado pessoal.

### **8.1. Tratamento por Legítimo Interesse**

Em situações em que não for possível obter documentar o consentimento, mas que é justificável o seu tratamento por finalidades legítimas, por parte do controlador, isto é justificado por:

- a) Apoio e promoção de atividades do controlador.
- b) Proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviço que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os seus direitos fundamentais, nos termos da lei 13.709/2018.

Os dados pessoais coletados por legítimo interesse estão submetidos ao controle por parte do sistema de gestão e para os quais o titular pode fazer solicitações conforme esta política de privacidade.

### **9. Arquivamento dos Dados**

A guarda dos dados atende ao artigo. 11º II e art. 10 da Lei 13.709/2019 Lei Geral da Proteção de Dados e serão armazenados pelo tempo necessário para o cumprimento das finalidades para os quais foram coletados.

### **10.Registro de Incidentes de Privacidade e Segurança da Informação**

São mantidos processo para o registro e tratamento incidentes das situações de segurança e sigilo das informações que possa acarretar risco ou dano relevantes aos titulares conforme previsto no artigo 48 da Lei 13.709/2019 Lei Geral da Proteção de Dados.

O processo contempla as seguintes etapas:

- Identificação do Incidente;
- Registro do Incidente;
- Classificação do Incidente;
- Tratamento do Incidente;
- Investigação do Incidente;
- Planejamento das ações;
- Notificação a ANPD.

### **11.Comunicação de Incidentes a ANPD**

São mantidos processos para o registro do incidente de privacidade e segurança da informação a ANPD conforme estabelecido artigo 48 da Lei 13.709/2019 Lei Geral da Proteção de Dados.

### **12.Modificações desta Política de Privacidade**

A política de privacidade pode ser alterada a qualquer momento em que qualquer aspecto da sua composição necessite ser revisto.

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE GERAL**

A nova versão será publicada no site normalmente. A nova versão da política da privacidade estará sempre sendo submetida à aprovação do usuário a partir da sua navegação no site.